

AS PERSPECTIVAS DA CAFEICULTURA BRASILEIRA PÓS-ACORDO INTERNACIONAL¹

Luiz Moricochi²
Nelson Batista Martin²

1 - INTRODUÇÃO

O café é uma das *commodities* mais importantes do mercado mundial de produtos agrícolas e agroindustriais. Esta importância está consubstanciada no valor agregado do produto que vai desde o cafeicultor até o consumidor final dos inúmeros países, e é superior a US\$30 bilhões, segundo a Organização Internacional do Café (OIC). A magnitude desse mercado pode ser visualizada quando comparada com o valor total das exportações brasileiras que atingiram em 1992 US\$36,21 bilhões.

Todo esse complexo cafeeiro mundial entrou em profunda depressão após a suspensão das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café (AIC), administrado pela OIC, em 4 de julho de 1989, provocando uma perda de renda nos países produtores, no período de 1989-92, estimada em US\$10 bilhões. Após um período de negociação de quase quatro anos, acompanhado com apreensão pelos produtores dos países mais prejudicados pela situação, finalmente as negociações fracassaram no último encontro entre países produtores e consumidores, ocorrido no período de 22 a 31 de março de 1993, em Londres. Assim, cabe agora aos países produtores procurar novas alternativas, visando tirar o setor do estado de "crise" em que se encontra.

O presente trabalho tem como objetivo fazer uma análise de caráter mais prospectivo sobre as políticas que doravante deveriam nortear as ações dos segmentos ligados à cafeicultura, face ao novo cenário estabelecido. Muitos aspectos poderiam ser abordados, mas a análise limitar-se-á a questões relacionadas com as políticas de preços, de produção, de

exportação e de financiamento. A argumentação basear-se-á nas informações de instituições como o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), de empresários ligados ao setor e em estudos desenvolvidos por pesquisadores de várias instituições de pesquisa.

2 - POLÍTICA DE PREÇOS PARA O CAFÉ

Na história da economia cafeeira houve um período em que as políticas adotadas tinham como objetivo básico proteger os preços internos. Numa segunda fase, entretanto, toda estratégia foi direcionada para manter os preços de exportação elevados, já que o objetivo era alcançar o máximo de receitas por saca de café exportada. O fato de ser um produto de demanda inelástica, o que leva a uma variação de preços corresponder a uma variação em menor proporção na quantidade demandada pelos importadores, favorecia a adoção desse tipo de política.

Conforme afirma FERREIRA FILHO (1993), ".... a política brasileira para o café jamais teve como objetivo último a defesa única e exclusiva da cafeicultura...", mas "... a política do café foi manejada como instrumento para industrialização, transferindo recursos do setor agrícola, então grandemente baseado no café, para os setores industriais urbanos emergentes". Da mesma forma BACHA (1992) argumenta que a política de valorização do café esteve sempre amarrada a um objetivo da política econômica que era o desenvolvimento do País via industrialização. A curto prazo, fazia-se, então, sentido arrecadar o máximo de dólares por saca exportada para viabilizar, a longo prazo, o setor escolhido como motor do desenvolvimento, isto é, o setor industrial. A própria política cambial adotada no passado já esteve relacionada com a política de valorização do café. Com efeito, durante toda a década de 40 até 1953 a taxa de câmbio permaneceu constante, em

¹Este trabalho é parte integrante do projeto SPTC 16-012/90. Recebido em 25/06/93. Liberado para publicação em 26/07/93.

²Engenheiro Agrônomo, MS, Pesquisador do Instituto de Economia Agrícola.

contraposição a uma alta geral nos preços de mais de 285% ocorrida no período (BERGSMAN, 1970).

O mesmo afirma DELFIN NETTO (1979), em sua tese de doutoramento, na Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo, considerada um estudo clássico pelos analistas: "o mecanismo do desenvolvimento econômico do país deslocou todo o peso do fornecimento de divisas para o café e está trabalhando no sentido da sua eliminação do mercado internacional". Do ponto de vista dos responsáveis pela política macroeconômica, já não faz mais sentido extrair recursos de um setor que responde por pouco mais de 2% de nossas exportações (Figura 1). O café já deu a sua contribuição ao processo de industrialização do País. Os preços elevados conseguidos através dos Acordos Internacionais só faziam sentido numa situação em que os objetivos eram maximizar receitas de divisas por unidade de produto exportado. Os confiscos cambiais eram instrumentos de auxílio ao Governo nessa tarefa, pois através dele se conseguia estabelecer um diferencial entre preços externos e internos, impedindo que a valorização artificial das cotações se transformasse num estímulo à produção doméstica. Com isso, se procurava, ajustar a oferta do País às condições de mercado. O mesmo, entretanto, não ocorreu com a produção de outros países que foi estimulada a aumentar ano após ano, e, com isto, pressionando de tal forma o comércio mundial que reduziu gradativamente a participação do Brasil nas exportações mundiais de café até chegar na faixa dos 25% atuais.

Não se iludam os produtores: caso persistisse essa política de valorização de preços nos acordos internacionais, seguramente a participação brasileira iria diminuir ainda mais, a médio e longo prazos. E isto porque os preços que têm prevalecido nesses acordos são baseados nas conveniências momentâneas das políticas de estabilização dos países envolvidos e, por isso, normalmente, superiores ao que seria dado pelas condições de mercado. Conseqüentemente, cria-se uma situação de excesso de produto naqueles países nos quais não são tomadas medidas internas para o ajuste da oferta, contribuindo, dessa forma, para aumentar os estoques mundiais.

No caso dos acordos multilaterais de compra e venda comumente realizados, nos quais são estabelecidas quotas básicas de exportação e importação, acionadas quando os preços ultrapassam os limites máximos e mínimos fixados, podem inclusive aumentar a instabilidade no setor. Quando isto ocorre, é reduzido o efeito-renda sobre a curva da procura fora do intervalo dos preços fixados, tornando, assim, essa curva mais inelástica fora daqueles limites (PORTER, 1950). No caso, a procura pelo produto deverá ser maior ou menor em relação ao que seria em um mercado livre, já que tudo se passa como se envolvessem subsídios nas transações comerciais. Quando os preços ultrapassam os limites máximos, os produtores são obrigados a entregar a quota correspondente ao preço limite. Contrariamente, quando os preços estão abaixo do limite inferior são os importadores que são obrigados a honrar o compromisso do acordo. Conseqüentemente essa situação leva, a médio e longo prazos, a um maior desequilíbrio no mercado, pois induz a uma maior ou menor oferta do produto. Portanto, se no passado se justificava, sob a óptica macroeconômica, essa política de valorização de preços externos, hoje, não faz mais qualquer sentido para o Brasil. E, como os demais países produtores de café encontram-se ainda na fase inicial de desenvolvimento industrial, que é a fase de acumulação de capital, a conclusão lógica é que não estamos em boa companhia nos processos de negociação de qualquer tipo de acordo. Para esses países, o interesse imediato é a elevação dos preços externos para se conseguir o máximo de receita a curto prazo, enquanto que para o Brasil o interesse maior é reconquistar mercado através de uma eficiente política de produção e de comercialização. Já está na hora de o País deixar de lado a condição de "fornecedor residual" de café no comércio mundial, pois tem condições de supri-lo com os mais diferentes tipos de café para atender os diversos gostos e preferências dos países consumidores. E como a política que mais interessa ao País é aquela que lhe permite arrecadar a máxima receita de divisas a longo prazo, seria oportuno aproveitar a conjuntura internacional de preços baixos e conquistar fatia maior de mercado, como ocorreu em períodos em que o mercado do produto era livre (DELFIN NETTO, 1979).

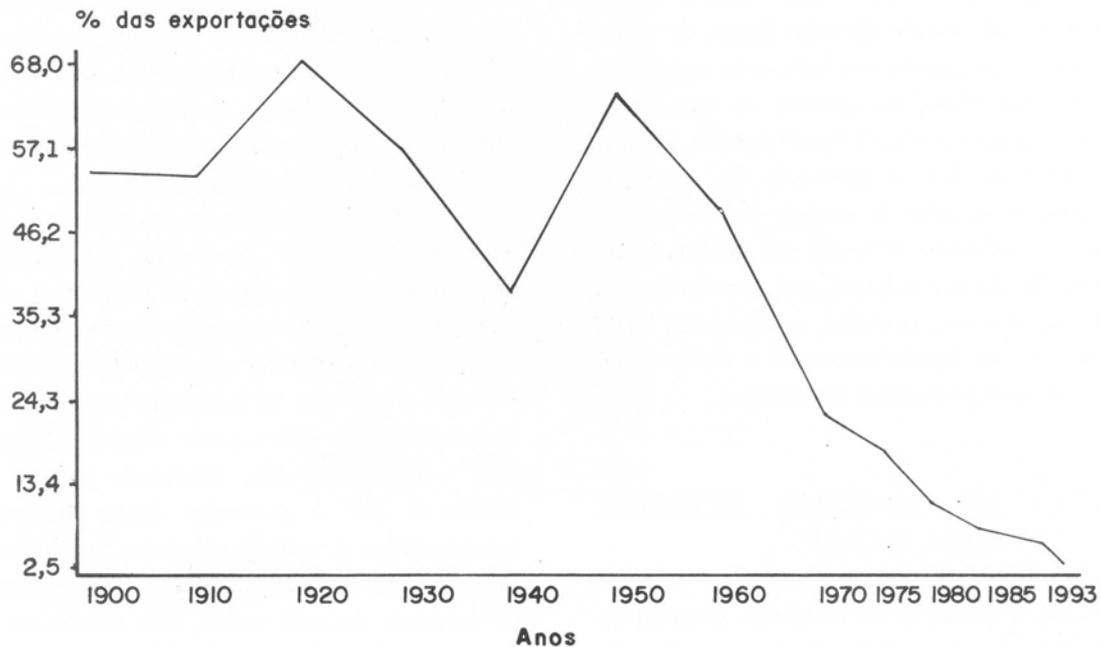


FIGURA 1 - Participação do Café no Valor das Exportações Brasileiras, 1900-93.

3 - POLÍTICAS DE PRODUÇÃO DE CAFÉ

Com relação à produção cafeeira considera-se que dois pontos deveriam merecer atenção especial: a questão da produtividade e a da qualidade do produto. Quanto à produtividade, o País convive com uma situação de baixa eficiência técnica. Mesmo no Estado de São Paulo, onde o nível de tecnificação é considerado melhor, a produtividade média é inferior a 10 sacas beneficiadas/hectare. Tem-se conhecimento, entretanto, da existência de produtores que normalmente conseguem 30 sacas beneficiadas/hectare/ano e que, excepcionalmente, são encontrados casos em que a produtividade fica acima de 50 sacas, obtida através de manejos não convencionais. Para produtores com produtividade acima de 20 sacas/ha, mesmo com a situação atual de mercado bastante desfavorável, a produção de café tem apresentado retornos satisfatórios. Já existem tecnologias nos órgãos públicos e privados de pesquisa (variedades produtivas e resistentes, manejo de solos, plantas, etc.) e que estão à disposição do setor produtivo para implementar a batalha da produtividade na cafeicultura brasileira.

A qualidade é outra questão que deve

merecer atenção especial. O País precisa urgentemente desfazer a imagem negativa que tem no exterior, de produtor de café de qualidade inferior. Infelizmente, contribuiu para essa situação a política governamental, adotada no passado, de adquirir, através do Instituto Brasileiro de Café (IBC), o excedente da produção interna, sem levar na devida conta a questão da qualidade. Havia, dessa forma, um mercado cativo, para qualquer tipo de produto, independente da qualidade. Com a extinção do IBC e com a comercialização livre do produto, a questão da qualidade passa a assumir papel relevante. Nesse sentido, seria bom lembrar que alguns importadores vêm incentivando, através de prêmios, a produção de café de alta qualidade que competem em igualdade de condições com os melhores cafés do mundo. E sob esse aspecto é confortável saber que lideranças expressivas do setor compartilham da proposta de que a melhor maneira de recuperar a imagem do produto brasileiro no mercado internacional é dar prioridade a questão de qualidade (BERTONE, 1992).

Tanto na questão da produtividade como na da qualidade o Governo e as Cooperativas teriam um papel fundamental a desempenhar. O primeiro

criando condições para impulsionar esse processo (como colocar à disposição do setor linhas de financiamento para investimento em infra-estruturas) e as cooperativas, sobretudo, na questão da assistência tecnológica aos cooperados. O Brasil precisa definitivamente deixar de lado a pretensão de continuar sendo o maior exportador de café do mercado mundial e, sim, concentrar esforços na qualidade do produto e na eficiência produtiva, para tornar-se mais competitivo no mercado mundial, recuperando a sua participação, diferenciando mercados e melhorando a remuneração dos produtores brasileiros.

4 - POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR PARA O CAFÉ

Com a liberação do comércio mundial de café, a questão da comercialização externa deveria ser revista. Nesse sentido, além de iniciar um processo agressivo de *marketing* do nosso produto no exterior, é necessário, também, diminuir o número de interlocutores, principalmente, quando se sabe que o comércio externo é praticamente dominado por um pequeno número de grandes compradores. Uma estratégia, talvez, seria a formação de uma Confederação de Cooperativas exportadoras de café e/ou *pool* de exportadores autônomos (cabe lembrar que, no total, as cooperativas responderam por menos de 4% das exportações de café em 1992).

Essa Confederação teria também a função de articular um mecanismo regulador da oferta interna de café, compatível com as condições de mercado, tanto interno como externo. O objetivo seria dar uma maior estabilidade ao mercado, atentando para o fato de o café ser uma cultura perene, de procura inelástica e que a resposta da produção a estímulos de preços ocorre normalmente num período de tempo maior, quando comparado com a maior parte de outras atividades agrícolas.

5 - POLÍTICAS COMPLEMENTARES PARA A CAFEICULTURA

Políticas, visando o financiamento da produção e da comercialização do café, necessitam

do desenvolvimento de novas alternativas, que ao mesmo tempo reduzam os riscos para os produtores e proporcionem condições de comprometimento de produção de café de melhor qualidade. Os Fundos de *Commodities*, as Bolsas de Mercadorias e contratos diretos com importadores seriam alternativas a serem consideradas no futuro para a atividade.

Deve-se também considerar a questão de se exportar mais café na forma industrializada. O argumento é que normalmente há ganhos na origem quando se adiciona valor a um produto comercializado. O Brasil já exporta um volume razoável de café solúvel. Entretanto, há indicações de que o País teria também ganhos substanciais com a exportação de café torrado e moído, sobretudo para a Europa. Estima-se que o potencial desse mercado seria equivalente a 1 milhão de sacas beneficiadas. De fato, ao invés de ficar lamentando as possíveis perdas do mercado do café verde, não estaria na hora do País criar novos mercados, mudando a forma de exportar o seu produto? A favor dessa opção, deve-se considerar o fato da vantagem comparativa apresentada pelo Brasil, levando-se em conta a nossa experiência e infra-estrutura industriais, superiores a de nossos concorrentes. Para se alcançar esse objetivo não seria recomendada a criação de uma empresa brasileira para realizar a comercialização, mas sim aproveitar os canais de comercialização já existentes, nesses países dominados por grandes grupos internacionais do ramo. É imperioso insistir nesse ponto, pois existem empresários que ingenuamente acreditam na possibilidade de realizar vendas diretas aos consumidores europeus, ignorando as barreiras culturais, econômicas e estruturais que teriam de enfrentar. O que deve ser feito é despertar o interesse desses grupos que já dominam esse mercado através de um esforço de *marketing* externo.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atividade cafeeira não tem recebido a devida atenção por parte das autoridades com poder de decisão. Equivocadamente é considerada uma atividade superada que já teve seu lugar na história do País.

Existe também certo preconceito contra

essa atividade econômica, associada à questão ideológica ou ao fato de que seria atividade típica de países subdesenvolvidos. Essa questão ficou patente por ocasião da renegociação das dívidas dos produtores, em que as regras só foram estabelecidas e efetivadas no segundo semestre de 1992, após grandes pressões por parte não só das classes produtoras, mas de todos os segmentos envolvidos na atividade.

Além de desconhecimento e preconceitos, o café tem sido vítima dos oportunistas. São pessoas que procuram fazer desse produto um trampolim para suas ambições políticas. Com suas atitudes inconseqüentes, acabam muitas vezes transigindo com os princípios econômicos e no fim acabam por prejudicar o próprio setor que defendem. A cafeicultura, por ser uma atividade que mesmo nessa difícil conjuntura ainda gera mais de 1 bilhão de dólares de receitas cambiais, deveria ser tratada pelo menos com o nível de sua importância na geração de divisas, renda e emprego na economia nacional.

Todos que estão envolvidos com a questão do café - produção, comercialização, exportação e indústria de torrefação e beneficiamento - deveriam desenvolver suas atividades com "profissionalismo". O empirismo é coisa do passado. É necessário que todos os segmentos estejam articulados sinergicamente para que se possa tirar o máximo proveito do potencial que o setor oferece. Aliás, essa necessidade de união entre os grupos de interesses ligados à cafeicultura já foi mencionada em uma pesquisa realizada pelo Programa de Estudo dos Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA) em ZYLBERSZTAYN (1992). Finalmente cabe destacar que o Brasil dispõe de condições de competitividade vantajosas, quando comparado com os demais países concorrentes, isto no que tange à infraestrutura logística, de serviços e de pesquisas. E o próprio fato aparentemente negativo de o setor café representar pouco nas exportações do País pode se transformar em um trunfo nas negociações com a comunidade cafeeira internacional e agilizar as deci-

sões públicas e privadas para formulação de uma nova política de expansão das exportações brasileiras de café.

LITERATURA CITADA

- BACHA, Edmar & GREENBILL, Roberto. **150 anos de café**. Rio Janeiro, Marcellino Martins & E. Johnson, 1992. 118p.
- BERGSMAN, Joel. **Brazil: Industrialization and trade policies**. London, Oxford University, 1970. 281p.
- BERTONE, Manuel V. F. **Anotações sobre o acordo internacional do café**. Garça, Garcafé, 1992. 94p.
- DELFIN NETTO, Antonio. **O problema do café no Brasil**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1979. 259p.
- FERREIRA FILHO, Joaquim B. de S. As origens da crise e o futuro da cafeicultura brasileira e mundial: de onde viemos, para onde vamos. **Preços Agrícolas**, Piracicaba, (77):4-9, mar. 19-93.
- PORTER, R. S. Buffer and economic stability. **Oxford Economic Papers**, Oxford, 2(1): 95-118, jan. 1950.
- WORLD COFFE SITUATION. Washington, USDA, 1992.
- ZYLBERSZTAYN, Décio. **O sistema agroindustrial do café: análise e estratégia**. São Paulo, FEA/USP, 1992. v. 1-2 (PENSA - Programa de Estudo dos Negócios do Sistema Agroindustrial).